



LXXVI Fórum Consad reuniu, em São Paulo, secretários de Estado e representantes para avaliar os avanços do Ano Nacional da Gestão Pública

O evento contou com a palestra do jurista Carlos Ari Sundfeld, que falou do anteprojeto de lei orgânica da administração pública e entes de colaboração, e com a apresentação do Decreto nº 6.932, feita pelo Ministério do Planejamento, que fala da simplificação do atendimento ao cidadão

Nesta edição

Desafios da gestão pública

São Paulo apresentou os desafios enfrentados pelo estado e os projetos estratégicos da secretaria

Página 6



Gestão por competências

Minas Gerais mostrou os resultados de sua política de recursos humanos com certificação e pagamento de prêmio por equipe

Página 7

Identidade Funcional

Rio de Janeiro inova colocando identificação biomédica para servidores, aposentados e pensionistas

Página 8

Editorial

Ao final deste Ano da Gestão temos muito que comemorar. Primeiro, pela evolução da relação entre governos estaduais e governo federal. Certamente, o Estado só é dividido por uma razão de eficiência, mas ele deve ser percebido pelo cidadão como único. A população não deve conseguir identificar se o serviço pertence a um estado da federação ou ao governo federal, ele deve perceber todos como serviço público, eficiente e ágil. O ano de 2009 também foi marcado pelas discussões com os órgãos de controle. Tivemos nos fóruns a presença de juristas e de entidades representantes desta categoria. Ainda temos muito que caminhar nesse

sentido, mas as portas já foram abertas. O Congresso Consad de Gestão Pública se consolidou como importante fonte de informação e local de troca de experiências entre estados, municípios e governo federal. Não é à toa que já temos mais de 400 trabalhos inscritos. O fim último do Estado é existir para prestar serviços ao cidadão, de qualidade, e é para isso que continuaremos trabalhando insistentemente. Boa leitura e um ano novo cheio de realizações.

Paulo César Medeiros
Presidente do Consad

Consad encerra o ano com balanço positivo de ações

O Fórum de São Paulo abriu no dia 26 de novembro os debates que marcaram o encerramento do Ano Nacional da Gestão Pública. Secretários de Administração e representantes dos estados participaram do evento, que contou com a palestra do presidente da Sociedade Brasileira de Direito Administrativo, Carlos Ari Sundfeld. O secretário anfitrião, Sidney Beraldo, deu as boas-vindas a todos, frisando que o Consad está tendo papel de destaque na gestão pública nacional, contribuindo para o aumento da percepção da sociedade, em relação à importância que o setor tem para o crescimento do País. "O Conselho ajudou a colocar a gestão pública na agenda nacional", ressaltou. "A sociedade tem uma nova percepção do setor e cobra cada vez mais a aplicação correta de recursos". O secretário de Gestão Pública de São Paulo disse ainda que o Congresso Consad de Gestão Pública mostrou que existe um consenso nacional que ultrapassa questões partidárias. "Temas como gestão por resultados e meritocracia estão entre os assuntos unânimes no País". Ele finalizou lembrando que o livro *Avanços e Perspectivas da Gestão Pública*, publicado pelo Consad, foi a primeira leitura que fez quando assumiu a secretaria. "Entreguei um exemplar para cada funcionário da secretaria".

O presidente do Consad, Paulo César Medeiros, fez uma reflexão sobre as atividades do ano. Ele avalia que o Conselho consolidou uma relação de confiança com o Ministério do Planejamento, e um desses resultados foi a declaração de 2009 como sendo o Ano Nacional da Gestão Pública. O ano também consolidou, para o secretário de Administração do Rio Grande do Norte, a relação do Consad com as entidades que trabalham pela melhoria da gestão pública. "Tenho essa visão a partir dos convites que recebemos, nacionais e internacionais, para inúmeras discussões voltadas para a melhoria do nosso setor", revelou. "Para o futuro, espero que os gestores públicos digam o que precisa ser dito, mesmo que isso incomode alguns", finalizou.



EXPEDIENTE

Jornal do Consad

SRTVS 701 – Iote 4 – bloco 0 – entrada A
salas 128/130 – Brasília-DF
Iraci G. Nunes – Secretária-Executiva
Site: www.consad.org.br
E-mail: consad@consad.org.br
Fone: 61 – 3226 6569 / 8151 5150

Paulo César Medeiros – Rio Grande do Norte
Presidente do Consad
Sérgio Ruy B. G. Martins – Rio de Janeiro
1º Vice-Presidente do Consad
Maria Marta R. Weber Lunardon – Paraná
2º Vice-Presidente do Consad

Junta Fiscal

Paulo Henrique Saraiva Câmara – Pernambuco
Maria Regina Sousa – Piauí

Membros do Colegiado

Mâncio Lima Cordeiro – Acre
Guilherme Souza Lima – Alagoas
Ligia Abrahim Fraxe Licatti – Amazonas
Wellington de Carvalho Campos – Amapá
Manoel Vitorio da Silva Filho – Bahia
Desirée Custódio Mota Gondim – Ceará
Ricardo Pinheiro Penna – Distrito Federal
Ricardo de Oliveira – Espírito Santo
Luiz Edgar Leão Tollini – Goiás
Luciano Fernandes Moreira – Maranhão
Geraldo A. de Vito Jr. – Mato Grosso

Thie Higuchi V. Santos – Mato Grosso do Sul
Renata Maria Paes de Vilhena – Minas Gerais
Wilson Modesto Figueiredo – Pará
Antônio Fernandes Neto – Paraíba
Elói Guimarães – Rio Grande do Sul
Valdir Alves da Silva – Rondônia
Ana Lucíola Vieira Santos – Roraima
José Nei Alberton Ascari – Santa Catarina
Sidney Estanislau Beraldo – São Paulo
Jorge Alberto Teles Prado – Sergipe
Eugênio Pacceli de Freitas Coelho – Tocantins

Jornalista Responsável – Andreia Salles
Telefone: (61) 9231-1669
Diagramação – Arte Contexto
Fotos – Paulo Marques



Jurista detalha avanços do Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública

A palestra de abertura do Fórum foi ministrada pelo presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público, Carlos Ari Sundfeld, que falou sobre o anteprojeto de lei orgânica da administração pública Federal e entes de colaboração. Depois de avaliar o Decreto-Lei nº 200, que há cerca de 40 anos estabeleceu novos conceitos na administração pública, unificando o regime de licitação no âmbito federal, definindo controle, princípios e regras também para concursos públicos, ele frisou que o anteprojeto é uma "faxina geral" no direito administrativo público. Carlos Ari deixou claro que, para começar, alguns itens precisam ser jogados fora da antiga lei e, em seguida, é preciso fazer uma reorganização geral. "Algumas soluções para a administração pública são ruins. A Lei nº 8.666 é uma delas, porque trata todos do mesmo jeito", ressaltou. Ele revelou que a administração

pública foi buscando alternativas, como as contratações de apoio em hospitais, e que têm surgido soluções específicas para empresas públicas, mas só no âmbito federal. "E como ficam os estados?", perguntou Carlos Ari. "Têm de se virar com a Lei nº 8.666", respondeu.

O jurista disse que um dos pontos importantes do anteprojeto é fazer uma lei federal que se aplique a todas as formas da administração pública, com soluções diferentes para seus diversos âmbitos. "Uma única lei para todo o âmbito da administração pública é um desastre", ressaltou. Ele acredita que é possível obter soluções específicas por meio de regulamentos em estados, municípios e na federação. "Aumentar a flexibilidade sem comprometer o controle, essa é a solução", ressaltou.

"Numa empresa em que o Estado tem apenas participação acionária,

"Algumas soluções para a administração pública são ruins.

A Lei nº 8.666 é uma delas, que trata todos do mesmo jeito"

Carlos Ari Sundfeld,
presidente da Sociedade
Brasileira de Direito Público

tem de ficar claro que não podem ser aplicadas todas as regras da administração pública" concluiu. Carlos Ari também falou como ficaria a relação com OS e Oscips. "No caso das OS e das Oscips, o anteprojeto deu a esses contratos o nome de entidades de colaboração". O regime pode ser variado. A ideia é formalizar esses contratos e exigir que eles sejam feitos como forma de definir essa relação, que não é um procedimento de licitação, mas um chamamento público, com regras previamente estabelecidas e regulamentos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

No setor estatal (autarquias, empresas estatais e fundações), o anteprojeto propõe a categorização de entidades de direito público e de direito privado. "Fundações se *autarquizaram*", revelou o jurista. "É preciso flexibilidade para contratação, porque existem desafios sociais que precisam de agilidade". A solução apresentada é diferenciar as fundações das empresas estatais dependentes e independentes. "Quem depende de orçamento público fica submetido às regras da administração pública. Já as independentes poderão ter regulamento próprio de administração aprovado pelo chefe do Executivo. Elas competem no mercado e precisam dessa regulamentação em separado", finalizou Carlos Ari.

Professor fala da economia após a crise e os reflexos no setor público

O professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Mauro Osório, falou sobre a economia pós-crise e os reflexos na gestão pública brasileira. Ele contextualizou a situação econômica brasileira desde os anos 30, dividindo por etapas. De 1930 a 1980, ocorreu um forte crescimento econômico, com a taxa média em torno de 6% ao ano. Na década de 50, aconteceu um processo de substituição de importações e a consolidação do processo de industrialização. Os anos 60 foram relatados pelo professor como do início de uma crise, que se alongou por vários anos, com taxas de inflação passando dos 30% ao mês.

Em 1980, a dívida externa do País já alcançava 40 bilhões de dólares, com um superávit externo de 12 bilhões de dólares. Em 1994, com o Plano Real, o professor relatou ganhos com a mudança estrutural da inflação e com o início de um processo redistributivo, mas ainda com baixas taxas de crescimento. Apenas a partir de 2004, segundo Mauro Osório, houve aceleração do crescimento, manutenção da política monetária, modificação da política industrial, de inovação tecnológica e



Mauro Osório

consolidação das políticas sociais.

Entre 1995 e 2009, o percentual de gasto do salário mínimo com alimentação caiu de 89% para 45%, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentados pelo professor. O ranking da taxa de juros dos 40 principais países, feito pela Up Trend Consultoria, em outubro de 2009, mostra o Brasil em quarto lugar, com a taxa de 8,75%. No ranking da valorização cambial em relação

ao dólar, o real aparece como a moeda que mais se valorizou em 2009, com 34,4%, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Mauro Osório encerrou falando dos desafios que o País ainda tem de enfrentar, como melhorias em infraestrutura, taxa de juros, câmbio, inovação tecnológica, geração de empregos, previdência, políticas sociais, parceria público-privada e reformas nas áreas administrativa e tributária.

Secretários conhecem novo portal do Consad

O novo portal do Consad foi apresentado aos secretários no segundo dia de Fórum. O presidente da entidade, Paulo César Medeiros, ressaltou a importância dos estados na integração de notícias e pediu para que todos avisassem suas assessorias de comunicação, de mais esta possibilidade de divulgação. A partir de agora, as secretarias de administração poderão atualizar as notícias do link "Notícias da Secretaria", com informações das atividades desenvolvidas nos estados. As fotos dos eventos do Consad estarão disponíveis na página. O site também possui uma área restrita, onde os secretários terão acesso a documentos e atas. Para conhecer o site entre na página www.consad.org.br.



Ministério faz balanço do Ano Nacional da Gestão Pública e apresenta Decreto nº 6.932

O secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Marcelo Viana, esteve no fórum para fazer um balanço dos avanços conseguidos no Ano Nacional da Gestão Pública. Ele começou lembrando que a declaração de 2009 como o ano da gestão decorreu da Carta de Brasília, elaborada durante o I Congresso Consad de Gestão Pública, em 2008, e que tem funcionado como uma espécie de "constituição" política para o setor. O secretário lembrou que muitas entidades que são impactadas pela gestão pública aderiram à Carta em 2009.

Para Marcelo, o ano serviu para reforçar algumas ações propostas para a modernização da gestão pública e para colocar em prática outras emergenciais. Dentre os avanços listados por ele estão a realização de



Marcelo Viana

fóruns e encontros, a utilização de ferramentas eletrônicas de divulgação do tema.

Segundo o secretário, o ponto

alto do ano foi a proposta de anteprojeto de lei orgânica, apresentada pelos juristas. Ele ressaltou que este é o primeiro documento que vem com a legitimidade de seus autores, explicando que os juristas fazem uma "faxina" na administração pública, mexendo em tudo relacionado à gestão, desde o Decreto-Lei nº 200. "Temos de trabalhar no sentido de viabilizar o encaminhamento do projeto para o Congresso Nacional, pois é uma proposta com grandes avanços para o setor e servirá de eixo para todas as instâncias", disse Marcelo Viana.

Secretários de Estado e representantes receberam um CD com o balanço do ano, feito pelo ministério. Nele constam as principais ações pela melhoria da gestão pública nos últimos anos.

Simplificação do Atendimento ao Cidadão

O decreto fala da simplificação do atendimento ao cidadão e tem como uma das principais diretrizes a presunção da boa-fé no relacionamento entre Estado e sociedade. Por conta disto, a informação que estiver disponível na base de dados do governo federal não poderá mais ser solicitada ao cidadão. O decreto também prevê atuação integrada e sistêmica na expedição de documentos, racionalização de procedimentos, eliminação de formalidades, articulação entre esferas e poderes, entre outras diretrizes.

Neste primeiro momento, o decreto se concentra nas pessoas físicas. Em caso de informações sigilosas, elas só poderão ser adquiridas com autorização do cidadão. Os gestores de bases de dados dos órgãos orientarão o acesso, conforme diretrizes de Governo Eletrônico. O atendimento aos requerimentos dos cidadãos também será

feito respeitando a gratuidade dos atos. Um dos exemplos é o reconhecimento de firma, que passa a ser dispensado em documentos produzidos no Brasil e assinados na frente do servidor. A autenticação poderá ser feita pelo cotejo do próprio servidor. Quando existir exigência legal de cópia autenticada, essa deverá ser juntada ao processo, sem necessidade de nova conferência com original.

A Carta de serviços ao cidadão deve ser elaborada e divulgada por todo órgão e entidade do Executivo Federal com atendimento direto ao cidadão. Essa carta deve conter informações claras e precisas dos compromissos e dos padrões de qualidade do serviço a ser prestado. O decreto sugere o uso conjunto de pesquisas de satisfação dos cidadãos, para verificar se os termos da carta estão sendo seguidos ou se há mudança de contexto que precise

adaptá-la. O site do GesPública (www.gespublica.gov.br) dispõe de modelos de Carta de serviços e de Pesquisa de satisfação, com orientações de uso, tudo gratuitamente. Cabe à Controladoria Geral da União (CGU) e aos órgãos de controle interno zelar pelo cumprimento e adotar as providências nos casos de não cumprimento.

O decreto foi publicado no dia 11 de agosto de 2009 e os prazos são de 180 dias para disposição de orientações para acesso a informações constantes de bases de dados oficiais, de 360 dias para não exigência de apresentação de certidões ou documentos expedidos por outro órgão e imediatamente para dispensa de reconhecimento de firma, autenticação de documento por servidor, Carta de Serviços e Pesquisa de Satisfação. Marcelo Viana sugeriu aos estados desenvolverem projetos piloto nesse sentido.



Desafios da Gestão Pública em São Paulo

O secretário de Gestão Pública de São Paulo, Sidney Beraldo, fez uma análise da posição do país em relação à eficiência dos negócios e da performance econômica. Ele revelou que dos 55 maiores países do mundo, o Brasil está entre os cinco piores em termos de infraestrutura e eficiência do governo. O secretário apontou como desafios para o estado: melhoria da qualidade dos serviços ofertados, otimização de recursos com qualidade nos gastos, aumento de receita sem aumento de impostos e aumento da capacidade de investimentos.

A gestão por resultados foi considerada pelo secretário como um dos pilares da gestão pública. "Insistir nesse conceito é fundamental para a administração pública. É preciso ter eficiência, mostrando um produto final de qualidade". Sidney Beraldo apresentou como um dos exemplos o Programa Sintonia, instalado em 13 postos fixos do Poupatempo. O programa monitora o tempo de execução dos serviços realizados, como emissão de RG. Depois do atendimento, o cidadão dá sua opinião sobre a qualidade do serviço. O secretário finalizou relatando que ao longo dos anos o estado foi recuperando sua capacidade de investimento. "Os recursos estão

sendo investidos no Rodoanel, no metrô integrado à CPTM, em escolas técnicas, na saúde – médicos especialistas e exames no mesmo local –, em rodovias, saneamento e no Poupatempo", encerrou.

Projetos Estratégicos

Ainda durante o evento, os principais resultados do ano nos projetos estratégicos da Secretaria de Gestão Pública paulista foram apresentados pelos coordenadores das áreas envolvidas. Ivani Maria Bassotti, responsável pela Unidade Central de Recursos Humanos, falou sobre o Programa de Valorização pelo Mérito, que leva à profissionalização do servidor público e o motiva na busca da melhoria no atendimento ao público. Ivani também falou sobre a criação da nova carreira de Especialista em Políticas Públicas – profissionais que estão atualmente passando por um curso de formação de caráter eliminatório. Esses servidores serão responsáveis por planejar, implantar e avaliar a execução das políticas públicas do governo paulista em áreas como Educação, Justiça, Trabalho e Habitação.

Aldo Fábio Garda, coordenador da Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de

Gestão Pública, falou sobre o Portal do Gestor Público (www.gestorpublico.sp.gov.br), uma espécie de catálogo online dos serviços do governo, que redireciona o gestor rapidamente ao que ele precisa, trazendo eficiência ao trabalho. Outro assunto de Aldo Garda será o SPdoc – o Sistema de Protocolo único –, que facilita o acompanhamento, via internet, dos processos e pedidos feitos às secretarias e órgãos do governo do Estado.

Com base no comando estratégico de transformação da gestão pública, a unidade de desenvolvimento e modernização, que faz parte da Secretaria de Gestão Pública, está trabalhando no apoio e no acompanhamento da evolução operacional dos órgãos.

Segundo Carlos Leony, coordenador da Unidade de Desenvolvimento e Modernização das Organizações, o setor vai apoiar todos os órgãos públicos do estado, com o objetivo de acompanhar a evolução operacional de cada um. O coordenador também falou de algumas políticas que resultaram na economia de R\$ 518 milhões. "Entre essas políticas públicas estão uma forma inovadora de comprar passagens aéreas, a gestão de frotas e algumas experiências de contratualização", descreveu Leony.

Minas apresenta gestão por competências

A secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, **Renata Vilhena**, fez uma apresentação sobre o alinhamento da gestão de resultados com a gestão de pessoas em seu estado. Ela iniciou ressaltando que os servidores são um dos pilares mais importantes da gestão pública e demandam atenção especial.

Durante o decorrer do processo, a secretária percebeu que as pessoas ainda tinham dificuldade em identificar as ações que deveriam tomar para alcançar as metas. Então, eles fizeram acordos de segunda etapa para que os gestores de suas áreas pudessem especificar as atitudes necessárias para o alcance das metas. Na segunda etapa é mostrada a contribuição específica de cada equipe de trabalho em relação aos objetivos macros estabelecidos, definindo metas mais próximas da rotina.

Ela apresentou como exemplo o caso da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, com a meta de vida saudável, que envolve redução da mortalidade infantil e da materna, ampliação da longevidade da população adulta, aumento da eficiência alocativa do sistema de atenção à saúde, ampliação do acesso ao saneamento básico e universalização do acesso à atenção primária. A primeira etapa da pactuação indicava sete metas de indicadores da qualidade da saúde para a secretária, que foram desdobradas em 29 metas para as 28 gerências regionais de saúde e 20 metas para os 23 hospitais.

Os resultados foram R\$ 10,6 bilhões aplicados no sistema de saúde, R\$ 1,4 bilhão em medicamentos distribuí-

dos, 16 centros Viva Vida implantados, 3,8 mil equipes do programa Saúde da Família recebendo incentivo do Saúde em Casa em 835 municípios, 18 microrregiões com o módulo de transporte eletivo implantado, 1,2 mil unidades básicas de saúde contempladas com recursos para reforma, construção e equipamentos e R\$ 350 milhões para hospitais estratégicos do ProHosp.

A secretária apresentou também o funcionamento do sistema Competências Mais Resultados, que consiste em uma ferramenta gerencial para sustentar o processo de gestão do desempenho institucional. Os indicadores de desempenho são individuais e por equipe. A lógica da integração da gestão por resultados com a gestão por competências é associar o prêmio por produtividade à avaliação de desempenho individual. Ao comparar o desempenho do profissional com o resultado das equipes, é possível avaliar o desempenho institucional e, conseqüentemente, verificar se a estratégia foi implantada.

Determinados cargos, como superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças e diretores para as áreas de Recursos Humanos, Saúde e Educação agora exigem que o servidor passe por um processo de certificação, para ser aprovado na função. A prova é feita pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa atitude fez surgir a necessidade de se desenvolver novas competências, separando-se bem o que é ligado a competência do que é ligado a resultado por produto.



Rio é pioneiro em identificação biomédica

O estado do Rio de Janeiro apresentou o projeto Identidade Funcional, que consiste em efetuar um cadastro biomédico (impressão digital) de servidores, aposentados e pensionistas, com o objetivo de unificar o servidor nos sistemas de RH e de Pagamento, garantindo a autenticidade do portador da identidade funcional e tornando os processos mais confiáveis.

A apresentação foi feita pelo superintendente de Governança Eletrônica da secretária, **Henrique Lima**. Ele relatou que o processo começa com a captura das informações biomédicas dos servidores, seguindo com a validação das informações cadastrais e terminando com a emissão do cartão de identidade funcional. O departamento de recursos humanos cuida do cadastro funcional e o novo setor cuida do cadastro biomédico. As metas do projeto são identificar todos os servidores ativos do Poder Executivo, aposentados e pensionistas do RioPrevidência – aproximadamente 430 mil pessoas – e fornecer uma identidade funcional inteligente.

O projeto é pioneiro no Brasil para gestão de pessoas, e implanta o conceito de identificação única do servidor, independentemente do número de matrículas. Henrique Lima explicou que o sistema permitirá a introdução gradual da aprovação biométrica em todas as ações de gestão de pessoas e de pagamento, e em qualquer outro processo administrativo realizado no estado, uma vez que o cadastro será único. Outra vantagem apresentada pelo superintendente é que o sistema é inviolável e aderente a padrões de segurança internacionais.

A estrutura operacional do projeto consiste em uma equipe de planejamento, tecnologia e operação do projeto – composta por cerca de 200 pessoas –, 40 estações móveis de identificação biométrica, sala de comando e controle na Seplag, curadoria para tratamento das inconformidades e central de processamento biométrico. Atualmente, o projeto está na fase final de identificação biométrica dos servidores ativos, com mais de 100 mil já identificados.



Comitê Científico seleciona trabalhos para o III Congresso Consad de Gestão Pública

O Comitê Científico do III Congresso Consad de Gestão Pública selecionou 203 trabalhos para compor a grade de painéis do evento, que será realizado entre os dias 15 e 17 de março deste ano, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Os autores dos trabalhos selecionados têm até o dia 15 de fevereiro para enviar o texto final, para o e-mail congresso@consad.org.br, conforme normas divulgadas no site.

O Comitê Científico, composto por Evelyn Levy (Banco Mundial), Maria Arlete Duarte de Araújo (Universidade Federal do Rio Grande de Norte), Ciro Fernandes Christo (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Fátima Cartaxo (Banco Interamericano de Desenvolvimento), José Carlos Vaz (Universidade de São Paulo) e Regina Silva Vioto Monteiro Pacheco (Fundação Getúlio Vargas), avaliou 488 trabalhos enviados, divididos entre os temas "A estrutura do setor público", "Formas alternativas de oferta de serviços públicos", "Gestão da

III CONGRESSO CONSAD
de Gestão Pública

Centro de Convenções Ulysses Guimarães,
Brasília/DF 15, 16 e 17 de março de 2010

- Condições para reformas duradouras de gestão pública
Conferência magna: Christopher Pollitt, Professor pesquisador em Gestão Pública da Universidade Católica de Louvain
- Impactos de eficiência nas inovações da gestão da saúde
Maria Arlete Duarte Araújo, UFRN • Andre Médici, Banco Mundial • Fernando Lavadenz, Banco Mundial
- Redes federativas de políticas públicas
Conferencista: Fernando Abrucio, EAESP/FGV e PUC/SP
- Salários do setor público – o difícil equilíbrio entre a gestão da despesa e dos incentivos
André Gambier Campos, IPEA • Gilberto Guerzoni, Senado Federal • Nelson Marconi, EAESP/FGV e PUC/SP
- Ciclo de apresentações dos estados: as inovações de 2007/2010
- Painéis selecionados pelo Comitê Científico
- Painel de encerramento: Avanços e perspectivas na gestão dos estados 2007/2010
• Francisco Gaetani, MPOG • Fernando Abrucio, EAESP/FGV e PUC/SP • Maria de Fátima Cartaxo, BID • Caio Marini, FDC
• Humberto Martins Falcão, FDC • Flavio Alcoforado, CEMAIS • Maria Arlete Duarte Araújo, UFRN
• Regina Silva Vioto Monteiro Pacheco, EAESP/FGV • Ciro Fernandes Campos Christo, MPOG • José Carlos Vaz, USP
• Nelson Marconi, EAESP/FGV e PUC/SP • Evelyn Levy, Banco Mundial

Período	Categoria	Valor
de 18 de novembro de 2009 a 31 de dezembro de 2009	servidor, painelista e outros interessados	R\$ 100,00 (cem reais)
	estudante	R\$ 50,00 (cinquenta reais)
de 2 de janeiro de 2010 a 15 de março de 2010	servidor, painelista e outros interessados	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
	estudante	R\$ 100,00 (cem reais)
de 23 de novembro de 2009 a 11 de março de 2010	empenho	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

Principais patrocinadores

www.consad.org.br - E-mail: congresso@consad.org.br / Telefones: (61) 3322 5520, 3226 6569 e celular 8151 5150

despesa pública e da accountability financeira", "Gestão de recursos humanos", "Reformas pelo lado da demanda" e "Modernização da gestão pública".

Os trabalhos selecionados estão organizados em 51 painéis. Para conferir a seleção e obter mais informações, acesse o site do Consad (www.consad.org.br).

Secretários de Estado e representantes das secretarias

